

A GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO NO CAMPO NA MESORREGIÃO LESTE DE MATO GROSSO DO SUL: DISPUTAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO¹

Cassia Betania Rodrigues dos Santos²

Rodrigo Simão Camacho³

RESUMO

Este artigo discute a questão agrária na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul e como ela tem influenciado a dinâmica de funcionamento das escolas no campo. Nessa mesorregião, ocorreram transformações profundas devido principalmente à expansão dos monocultivos de cana de açúcar e do eucalipto. No entanto, essa expansão gerou impactos adversos para o campesinato, resultando, inclusive, na expulsão/desterritorialização desses sujeitos e influenciando diretamente na dinâmica de abertura e fechamento das escolas no campo. Conforme os dados do censo escolar de 2019 divulgados pelo INEP, a mesorregião Leste já tem apresentado um número significativamente maior de estudantes do campo matriculados nas escolas urbanas, devido à falta de escolas no campo. Esta realidade evidencia a negligência estatal, que, por sua vez, privilegia predominantemente o setor do agronegócio, em detrimento do acesso aos direitos básicos à população camponesa, como à educação.

Palavras-chave: Questão Agrária, Mato Grosso do Sul, Territórios, Agronegócio, Escolas no/do Campo.

THE GEOGRAPHY OF EDUCATION IN RURAL AREAS IN THE EASTERN MESOREGION OF MATO GROSSO DO SUL: DISPUTES, CONFLICTS, AND RESISTANCE IN TERRITORY PRODUCTION

ABSTRACT

This article discusses the agrarian issue in the eastern mesoregion of Mato Grosso do Sul and how it has influenced the functioning of rural schools. In this mesoregion, profound transformations have occurred mainly due to the expansion of sugarcane and eucalyptus monocultures. However, this expansion has led to adverse impacts on rural communities, including displacement and directly affecting the opening and closing dynamics of rural schools. According to the 2019 school census data released by INEP, the Eastern mesoregion has shown a significantly higher number of rural students enrolled in urban schools due to the

¹ Este artigo está vinculado ao projeto de pesquisa intitulado “A Geografia da Educação no Campo em Mato Grosso do Sul: Conflitos e Resistências na Produção do Território”, financiado pelo CNPq na modalidade de Pós-Doutorado Júnior, Chamada CNPq N° 32/2023 e número do processo 153096/2024-1.

² Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), cassiageoterra@hotmail.com

³ Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), rodrigocamacho@ufgd.edu.br

lack of schools in rural areas. This reality highlights state negligence, which predominantly favors the agribusiness sector at the expense of basic rights for rural populations, such as access to education.

Keywords: Agrarian Issue, Mato Grosso do Sul, Territories, Agribusiness, Rural Schools.

LA GEOGRAFÍA DE LA EDUCACIÓN EN EL CAMPO EN LA MESORREGIÓN ESTE DE MATO GROSSO DO SUL: DISPUTAS, CONFLICTOS Y RESISTENCIAS EN LA PRODUCCIÓN DEL TERRITORIO

RESUMEN

Este artículo discute la cuestión agraria en la mesorregión Este de Mato Grosso do Sul y cómo ha influido en la dinámica de funcionamiento de las escuelas en el campo. En esta mesorregión, ocurrieron transformaciones profundas debido principalmente a la expansión de los monocultivos de caña de azúcar y eucalipto. Sin embargo, esta expansión generó impactos adversos a los pueblos del campo, resultando en la expulsión de estos sujetos e influyendo directamente en la dinámica de funcionamiento de las escuelas en el campo. Según los datos del censo escolar de 2019 divulgados por el INEP, la mesorregión Este ya ha presentado un número significativamente mayor de estudiantes del campo matriculados en las escuelas urbanas, debido a la falta de escuelas en el campo. Esta realidad evidencia la negligencia estatal, que, a su vez, privilegia predominantemente al sector del agronegocio, en detrimento de la negación de derechos básicos, como el la educación.

Palabras clave: Cuestión Agraria, Mato Grosso do Sul, Territorios, Agronegocio, Escuelas Rurales.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a importância da Escola do Campo, como um elemento essencial para a permanência, resistência e o fortalecimento dos povos do campo e suas comunidades. No entanto, essas instituições têm enfrentado constantes fechamentos. Em uma pesquisa conduzida por Santos (2023), com base nos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) verificou-se que em 2000 o país contava com 116.433 escolas no campo e em 2019, o registro foi de apenas 54.730 escolas atendendo às áreas rurais. A análise ao longo de duas décadas revela uma drástica diminuição no número de instituições de ensino no campo, representando uma redução de 54% no total de escolas.

No período de 1999 a 2019, a região Centro-Oeste se destacou por apresentar a menor quantidade de escolas em áreas rurais no Brasil. Conforme Santos (2023), em 1999, a região contava com 4.179 escolas no campo, mas em 2019 esse número caiu para 1.567, representando uma diminuição de 62,5%. Com este trabalho, busca-se analisar a dinâmica do estado do Mato Grosso do Sul, tomando-o como recorte espacial da pesquisa.

Mato Grosso do Sul passou por diversas transformações nos últimos anos, abrangendo aspectos políticos, econômicos, sociais e ambientais. Essas mudanças estão intimamente relacionadas ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, levando a valorização das terras e à expansão da monocultura do agronegócio, intensificando os conflitos/disputas territoriais entre a classe latifundiária ligada ao agronegócio e os povos do campo, águas e florestas (indígenas, camponeses, quilombolas e ribeirinhos). Segundo Nardoque *et al.* em Mato Grosso do Sul predomina "o abandono da política de Reforma Agrária, indicando o alinhamento ideológico do Estado com a burguesia e os proprietários fundiários, promovendo a manutenção do latifúndio no estado" (2021. p. 169).

Tais fatores atuais, aliados à forma histórica de ocupação do estado desde quando ainda integrava o sul de Mato Grosso, contribuíram para que Mato Grosso do Sul se tornasse o segundo estado com maior desigualdade na distribuição de terras no país, apresentando um índice de Gini de concentração fundiária de 0,84. Este índice é inferior apenas ao da Bahia (0,85) e superior à média nacional, que é de 0,73 (SOUZA, 2021).

A escassez de terras e a falta de políticas públicas específicas têm forçado cada vez mais as populações do campo, sobretudo indígenas, a buscarem empregos precários e temporários em fazendas, construção civil e serviços urbanos. Além disso, segundo Cavalcante (2013), os indígenas já enfrentam altas taxas de alcoolismo, uso de drogas, suicídio e criminalidade.

Quando olhamos para o panorama mais amplo, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a população do campo de Mato Grosso do Sul aumentou de 331.177 em 2000 para 351.786 em 2010. No entanto, uma preocupação evidente é o rápido envelhecimento dessa população. A falta de perspectivas no campo tem levado, principalmente, os jovens a migrarem para a cidade, resultando na diminuição do número de habitantes, sobretudo, dos jovens que já terminaram a Educação Básica. Assim, a criação e manutenção de Escolas do Campo em Mato Grosso do Sul desempenha um papel vital na recriação e resistência da população camponesa. No entanto, o funcionamento e a abertura de novas escolas têm sido incipientes.

Mato Grosso do Sul se destaca nesta pesquisa por dois fatores. Primeiro, é o estado com menos Escolas do Campo no Brasil em 2019, totalizando 234, ficando atrás apenas do Distrito Federal, que tinha 82 escolas (BRASIL, 2019). Segundo, ao considerar o período de 1999 a 2019, o estado apresentou um aumento no número de escolas, contrariando a tendência nacional e regional no Centro-Oeste. Em 1999, o estado contava com 159 escolas, e em 2019, esse número aumentou para 234 (BRASIL, 1999; 2019).

Para entender melhor a dinâmica do estado, focamos nossa atenção em uma das quatro mesorregiões de Mato Grosso do Sul: a mesorregião Leste. Em 1999, a mesorregião Leste possuía 26 escolas, e em 2019, esse número aumentou para 31, representando um crescimento menos acentuado em comparação com o resto do estado (BRASIL, 1999; 2019). De todo modo, é relevante analisar esse crescimento. Para isso, a metodologia deste trabalho baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica para compreender, a realidade do campo (a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo) e das escolas do campo, com foco específico na mesorregião Leste do estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, utilizamos a pesquisa documental, empregando os Microdados do Censo Escolar fornecidos pelo INEP das escolas ativas ou em funcionamento no meio rural. Especificamente, examinamos um período de duas décadas, de 1999 a 2019.

Assim, além de analisarmos a diferença obtida no recorte temporal (considerando o ano inicial e o ano final - 1999 e 2019), também analisamos os dados ano a ano das escolas no campo na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Por exemplo, as escolas que aparecem no ano A, mas não aparecem no ano B, são consideradas fechadas no ano B, uma vez que o fechamento pode ter ocorrido ao longo do ano A. Para a construção dos dados referentes às aberturas de escolas, também são necessárias informações de dois anos consecutivos sobre as escolas ativas. Todas as unidades de ensino que não constavam no primeiro ano, mas aparecem no ano seguinte, são consideradas abertas.

Além dos dados fornecidos pelo INEP, complementamos nossa análise com informações provenientes do IBGE, que possui um banco de dados relacionado à população e à produção agrícola nos territórios da mesorregião Leste. Também consideramos os relatórios do Caderno de Conflitos no Campo, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e os da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (Rede DATALUTA).

Tanto os relatórios da CPT quanto os da Rede DATALUTA são produzidos anualmente e fornecem informações sobre o campo brasileiro. Enquanto os dados da CPT detalham, ano a ano, os conflitos nos municípios da mesorregião Leste, os da Rede DATALUTA foram utilizados para identificar a criação de assentamentos em Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2019. Com base nesses relatórios, conduzimos uma investigação, utilizando a análise da literatura existente. Isso inclui dissertações, teses, artigos de periódicos, jornais eletrônicos e livros que abordam esses conflitos e sua possível relação com as escolas do campo da mesorregião.

A próxima seção nos aproxima de uma discussão que abrange a importância da escola no e do campo e enfatiza o encontro da Escola do Campo com a Educação do Campo. É importante entender que, historicamente, a escola não era considerada um direito, mas sim um privilégio

destinado à elite. Mesmo quando os povos do campo obtiveram acesso à educação, muitas vezes esse acesso servia para fins de domesticação e controle social.

Foi por meio da luta resistente dos povos do campo que a educação se tornou um direito essencial. Além disso, conseguiram estabelecer uma política educacional que atendesse às suas especificidades e realidades. Isso culminou na institucionalização da Educação do Campo, marcando um ponto de virada crucial na história dessas comunidades e no reconhecimento de suas identidades e necessidades educacionais.

A Escola e a Educação do Campo no Brasil: Gênese, Desafios e Perspectivas

Os povos do campo foram historicamente excluídos do acesso à educação, especialmente daquela que ocorre em seus próprios territórios de vida. As poucas possibilidades disponíveis de educação formal era baseada num modelo ruralista, criada pelas classes dominantes, que utilizava a escola como instrumento ideológico de dominação (FERNANDES, 2004; CAMACHO, 2017).

A escola reforçava a dicotomia entre campo e cidade, já que as condições de escolarização eram diferentes nesses dois locais. No campo, o número de analfabetos e de pessoas que não chegaram a terminar os anos iniciais do ensino fundamental, sempre foi mais alto do que na cidade.

Em 1954, os trabalhadores do campo, camponeses e assalariados, viviam em condições de exploração e miséria, mas conseguiram criar uma importante experiência política de organização de classe. Foi nesse contexto que na região Nordeste surgiram as Ligas Camponesas, considerado como o primeiro grande movimento camponês organizado do Brasil. As Ligas Camponesas expuseram os problemas do campo brasileiro e fortaleceram o engajamento da sociedade civil (OLIVEIRA, 2001).

A organização da classe trabalhadora nesse período histórico do Brasil, foi crucial para consolidar diversas ações, entre as quais se destaca o movimento forte em torno da educação, que ficou conhecido em 1961 como Movimento de Educação de Base (MEB), financiado pelo governo federal de João Goulart, de tendência popular, e organizado pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Em 1962, o MEB adotou o método de Paulo Freire, que se baseava nos círculos de cultura para a alfabetização. Esses círculos constituíam espaços educativos fundamentados no diálogo com os alfabetizandos (GOMES, 2017). Através do uso de palavras geradoras, selecionadas do "universo vocabular" da comunidade, buscava-se fomentar uma compreensão crítica da realidade. Dessa forma, a leitura da palavra e do mundo visava possibilitar à classe trabalhadora a construção de sua própria história (FREIRE, 1996).

Esse período foi promissor, pois o governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, planejava um conjunto de "reformas de base", incluindo também a reforma agrária, que enfrentou forte oposição de latifundiários e parlamentares. Essa resistência foi um dos principais motivos para o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964.

Durante a ditadura militar, houve um retrocesso nos avanços conquistados, mas, apesar das dificuldades, a Educação do Campo continuou progredindo, agora com base em um novo pressuposto que iria surgir no Brasil: a Pedagogia da Alternância.

Esta pedagogia surgiu na segunda metade da década de 1960, no auge da ditadura militar, em um período de crise econômica e altos índices de desemprego no Brasil. A alternância implica a combinação de dias na comunidade do educando com dias na escola, buscando respeitar os tempos de trabalho camponês na plantação e colheita e criar uma relação entre teoria e prática que permitisse aos educandos manterem-se conectados com seu modo de vida e território de origem (CAMACHO, 2014).

Tanto a pedagogia da alternância, como a pedagogia freiriana tem uma vinculação estreita aos movimentos socioterritoriais⁴ do campo, considerando os seus sujeitos como protagonistas de sua própria história e produtores de territórios/territorialidades. Esses movimentos almejavam construir outro projeto de desenvolvimento territorial para o campo, sendo que os principais que fizeram parte da gênese da Educação do Campo foram: Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Goiânia, em 1975, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984, no Paraná, que passaram a construir experiências não-formais de educação nos acampamentos e em territórios camponeses conquistados.

Apenas em 1988, quando foi aprovada na Constituição Federal, a educação passou a ser um direito público de todos. Assim, a Constituição de 1988, foi um importante marco para a educação no Brasil. Se antes era negada a uma grande parcela da população, passou a ser um direito a todo o povo brasileiro, uma premissa básica da democracia e da república. Mas, vale destacar que o reconhecimento da educação como um direito humano, não chegou a se materializar no campo com a Constituição de 1988. Segundo Camacho (2014, p.327) “este direito ficou apenas no nível abstrato do conceito de cidadania”. Era uma igualdade jurídica que esteve longe de ser uma igualdade real (CAMACHO, 2017).

Apesar das disposições da Constituição Federal, a Educação do Campo ainda não era uma realidade concreta. Sua consolidação começou a se tornar possível graças ao engajamento contínuo dos movimentos dos povos do campo e da sociedade civil organizada. Em 1997, o I Encontro

⁴ Os movimentos socioterritoriais, compostos por camponeses, camponeses-indígenas e indígenas, lutam pela terra tanto para moradia quanto para criar relações sociais e culturais essenciais à sua resistência. (FERNANDES, 2005).

Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado na Universidade de Brasília, foi um evento fundamental para impulsionar o processo. Esse encontro preparou o caminho para a realização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica no Campo, em 1998, que representou um marco significativo para a Educação do Campo.

Ainda em 1998, foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que se tornou um ponto de referência para a Educação do Campo, estabelecendo metas como a redução do analfabetismo no campo e a proposição de um modelo de educação emancipatória da Educação Básica ao Ensino Superior de gestão democrática tripartite (Estado, Instituições e Movimentos). Em 2002, esses eventos significativos culminaram na aprovação do primeiro marco legal com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, conforme o Parecer nº 36/2001 e a Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação.

Posteriormente, a II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada em 2004 em Luziânia, apresentou mais um novo capítulo nessa construção. O título do evento foi alterado de "Por uma Educação Básica do Campo" para "Por uma Educação do Campo", refletindo a inclusão do ensino superior no escopo da Educação do Campo (CALDART, 2002). Esta conferência também facilitou a expansão da Educação do Campo no âmbito do Ministério da Educação (MEC) e contribuiu para a criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Em 2010, foi promulgado um outro marco legal de grande importância: o Decreto nº 7.352/2010. Este decreto confere o status de política de Estado à Educação do Campo, estabelecendo claramente em seu Artigo 1º: "A política de Educação do Campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Assim, este Decreto desempenhou um papel fundamental na concretização da Educação do Campo como política pública, elevando o PRONERA como um componente essencial para a efetivação das práticas educativas.

Deste modo, este conjunto de iniciativas coletivas transcende a mera existência física de escolas no campo, consolidando o conceito de Educação do Campo. Essa concepção pressupõe a transformação dessas instituições, para que deixem de ser apenas escolas localizadas no meio rural e passem a se constituir como verdadeiras escolas do campo, enraizadas na vida da comunidade, em sua realidade socioterritorial e nas necessidades específicas de seus sujeitos.

Neste contexto, a escola no e do campo emerge como o epicentro de uma realidade complexa que, paradoxalmente, enfrenta desafios para sua sustentação, embora seja um direito

social. Este desafio emerge porque a escola da Educação do Campo representa uma ruptura com o paradigma tradicional ruralista. Ela desafia o modelo convencional de escola, que muitas vezes perpetua uma visão de ensino voltada para a reprodução dos interesses do capital.

Dessa forma, a escola no e do campo transcende a concepção de uma escola convencional; ela é, de fato, uma escola dos sujeitos do campo. Nesta ótica, a escola no campo que se alinha aos princípios da Educação do Campo assume o desafio de promover transformações, a partir do respeito à vida, à história e à cultura, e vislumbrando perspectivas para o futuro. Seu propósito fundamental é fortalecer o território das comunidades rurais, respeitando seus modos de vida, seus ciclos agrícolas e integrando o trabalho, os saberes locais e as necessidades específicas no processo educativo.

É imprescindível ressaltar que uma das características mais marcantes da escola da Educação do Campo é seu estreito vínculo com os trabalhadores rurais de baixa renda, incluindo os sem-terra e desempregados. Esta escola não apenas se conecta com esses grupos, mas principalmente com aqueles que estão predispostos a resistir, a lutar e a se organizar contra as condições vigentes, gradualmente ampliando seu alcance para englobar todos os trabalhadores do campo (CALDART, 2009).

O protagonismo desses indivíduos tem sido fundamental para forjar o caminho da Educação do Campo. Não se trata simplesmente de uma educação no campo, uma educação local, mas sim 'do' campo, conforme ressaltado por Caldart (2009): não é uma educação 'para' ou 'com', mas sim uma educação 'dos povos do campo'. É um conceito que não é dado previamente, mas que precisa ser construído por meio do processo de formação de sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para se integrarem à dinâmica social, para se afirmarem como sujeitos políticos capazes de influenciar a agenda política da sociedade (CALDART, 2009, p. 42).

As escolas do campo desempenham papéis relevantes, pois para além de estarem situadas no campo, é essencial que uma escola do campo reconheça, acolha e valorize a identidade que a moldou, de modo que as crianças e jovens que frequentam suas instalações sintam-se orgulhosos por pertencerem a ela, reconhecendo-se em sua história e cultura.

É imperativo compreender que a escola não constitui uma solução única para os desafios enfrentados, mas sim um elemento fundamental integrado a um amplo espectro de iniciativas políticas, econômicas e culturais que objetivam contestar o modelo imposto pelo capital, que se manifesta de diversas maneiras no meio rural. O avanço do agronegócio, baseado no monocultivo, figura como uma das expressões mais proeminentes desse fenômeno. Entretanto, não se limita a essa dimensão, pois também engloba atividades como a exploração mineral, a gestão dos recursos

hídricos, por meio de grandes hidrelétricas, que expulsam comunidades inteiras, num contínuo processo de destruição da diversidade social e ambiental presentes no Brasil.

Na próxima seção, abordamos especificamente uma pequena porção do Brasil: a mesorregião Leste do Mato Grosso do Sul. Observa-se a crescente presença de atividades econômicas que representam uma ameaça para a Educação do Campo. No entanto, ao analisarmos exclusivamente os números das escolas localizadas no campo nessa mesorregião, não identificamos evidências de uma política de fechamento de escolas, visto que o número de instituições educacionais tenha aumentado. Portanto, é de suma importância trazer a discussão da questão agrária da mesorregião, para uma compreensão do que esses números buscam revelar sobre a dinâmica do campo no Leste de Mato Grosso do Sul.

A Questão Agrária da mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul: algumas aproximações

O estado de Mato Grosso do Sul é caracterizado por uma significativa concentração de terras, resultante da apropriação irregular, por meio de fraude e corrupção, do avanço do capital no campo e do abandono da política de Reforma Agrária (NARDOQUE et al., 2021). Segundo Moreno (1994), quando Mato Grosso do Sul se separou de Mato Grosso em 1977, o clientelismo e a prática de corrupção foram adotados para legitimar a apropriação e concentração de terras pela oligarquia local.

A oligarquia local tem utilizado as terras de Mato Grosso do Sul para grandes empreendimentos agrícolas e a expansão da pecuária. Como consequência, os povos indígenas sofreram um intenso processo de genocídio e etnocídio, além da expropriação de seus territórios tradicionais (NARDOQUE; MELO, 2020). A expropriação resultou na insuficiência das terras demarcadas para as populações indígenas em Mato Grosso do Sul, incapazes de abrigar sua crescente população ao longo dos anos (CAVALCANTE, 2013).

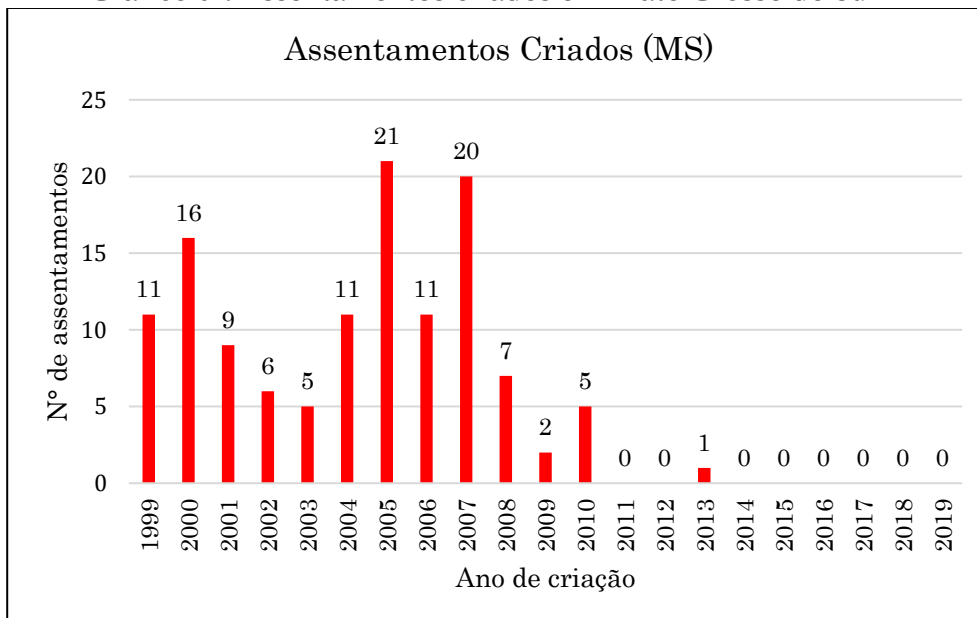
Em relação às terras resultantes de assentamentos, o Gráfico 1 mostra que é incipiente, especialmente considerando a concentração de terras no estado. Em 1999, havia 81 assentamentos e em 2019 havia um total de 204 assentamentos, conforme dados da Rede DATALUTA.

O período de maior criação de assentamentos ocorreu entre 1999 e 2007 (ver gráfico 01). No entanto, é importante esclarecer que isso não se deve a uma intensa luta pela terra, pois, havia uma certa estabilidade do movimento, que acreditava na simpatia do governo do PT (Partido dos Trabalhadores) pela pauta da reforma agrária (NARDOQUE; MELO; KUDLAVICZ, 2018).

As ações de ocupação das terras e formação de acampamentos se dá tanto por indígenas quanto por camponeses. Todavia, Melo (2017) afirma que no estado o protagonismo da luta pela

terra está nos movimentos socioterritoriais indígenas. Por isso, segundo Melo (2015), o aumento no número de assentamentos se deveu à regularização de assentamentos já existentes, inflando os números (ver gráfico 01).

Gráfico 01: Assentamentos criados em Mato Grosso do Sul



Fonte: DATALUTA (2019). Organização: Autores, (2024)

Em se tratando da análise da questão agrária no Leste do estado, a partir da década de 1960 e início dos anos 1970, essa região se tornou alvo do interesse do capital empresarial, marcado pela invasão de terras tradicionais dos indígenas. A expectativa para a mesorregião Leste do avanço do desenvolvimento do capital era a de produção de eucaliptos e pinus, visando a formação de um grande complexo agroindustrial. Além disso, era contemplada a expansão da produção de cana de açúcar, que, ao contrário do eucalipto, já conseguiria naquele período, certa relevância (LOPES, 2016).

Entretanto, apesar das perspectivas favoráveis e dos incentivos fiscais e créditos públicos disponíveis, ambos os projetos não se consolidaram com a força desejada devido à falta de uniformidade nos mercados financeiros globais e ao estabelecimento tardio do mercado de créditos de carbono, o qual ocorreu somente em 2005, com a implementação do Protocolo de Kyoto (LOPES, 2016). Adicionalmente, a carência de infraestrutura logística para o escoamento da produção constituiu um fator suplementar para o insucesso desses projetos na mesorregião Leste naquela época.

Devido às condições naturais do solo, considerado de baixa fertilidade, os primeiros investimentos na mesorregião Leste acabaram sendo direcionados principalmente para a pecuária

extensiva. Mas, a criação de gado de corte foi aos poucos sendo substituída por vastas áreas de monocultivo, especialmente de eucalipto e cana de açúcar. Em 2005, a região contava com um total de 3.881.990 bovinos, porém, em 2019, esse número diminuiu para 2.585.334 cabeças, representando uma redução de 33,39% em relação ao registro anterior (BRASIL, 2005; 2019).

Os latifundiários perceberam que o monocultivo de eucalipto ou cana traria maiores lucros e proteção de suas terras, levando-os a arrendar ou vender suas propriedades para o setor do papel/celulose ou sucroalcooleiro. Essa ação reflete uma lógica orientada pela busca do lucro e pela prevenção de conflitos e Reforma Agrária a partir da aliança estabelecida entre os latifundiários e o capital industrial que se instalava (ALMEIDA, 2012).

O complexo agroindustrial do eucalipto se consolidou a partir da década de 2000 através das operações das empresas Fibria, atualmente conhecida como Suzano S.A⁵ e a Eldorado Brasil. Essas corporações desempenham um papel central na expansão do monocultivo de eucalipto, beneficiando-se substancialmente do apoio financeiro fornecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ao estabelecerem suas fábricas no município de Três Lagoas, a região passou a ser reconhecida como a "Capital Mundial da Celulose", refletindo a notável transformação econômica e social que estaria ocorrendo no estado (ALMEIDA, 2012).

Uma das principais transformações ocorreu com a venda ou arrendamento de grandes áreas de terras para a indústria de papel, o que gerou impactos socioambientais significativos para as comunidades indígenas, pequenos proprietários e assentamentos vizinhos. Camacho (2012, p. 30) destaca vários desses impactos, incluindo:

a mudança no balanço hídrico que levou a eliminação de nascentes; mudanças nos hábitos da fauna que levou a alguns animais invadir propriedades em busca de comida; os riscos à saúde na qual estão expostos os camponeses-assentados que estão cercados pelo eucalipto e podem ser contaminados pelo glifosato; a perda da biodiversidade do cerrado pelo agroecossistema simplificado do eucalipto e pelo uso de agrotóxicos e a paisagem degradada após a colheita mecanizada do eucalipto [...].

Conseqüentemente, muitos indígenas e camponeses buscam oportunidades de emprego assalariado em setores diversos, incluindo localidades urbanas e, em alguns casos, dentro das próprias empresas de celulose. Um exemplo notável desse fenômeno é observado no Projeto Assentamento São Joaquim, situado em Selvíria, no Leste de Mato Grosso do Sul, em que se destacou um elevado índice de assalariamento entre os assentados, especialmente nas indústrias de celulose e papel (MELO; OLIVEIRA, 2016).

⁵ Em 2018, a Fibria se fundiu com a Suzano, resultando na formação da Suzano S.A.

A opção pelo assalariamento representa uma estratégia adotada pelo campesinato para assegurar sua permanência na terra. Conforme destaca Almeida e Paulino (2010, p. 21), denomina-se de trabalho acessório, visando “a reprodução do grupo familiar como uma resposta adaptativa às crises”.

Adicionalmente aos desafios do cultivo de eucalipto, a mesorregião também tem enfrentado os impactos do avanço da cana-de-açúcar. A expansão do monocultivo de cana-de-açúcar no estado de Mato Grosso do Sul teve início no final do século XX, impulsionada pela criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Essa política brasileira foi implementada durante o governo de Ernesto Geisel, em 14 de novembro de 1975, pelo Decreto nº 76.593, com o objetivo de aumentar a produção de combustíveis renováveis e fortalecer uma política voltada para a redução da emissão de gás carbônico. O programa, instituído no final dos anos 1970, foi abandonado na década de 1990 devido à queda no preço do petróleo, o que tornou a produção de açúcar mais atraente para os usineiros do que a produção de álcool. O Proálcool foi reativado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, aproximadamente uma década depois. A reativação previa o incentivo a novos tipos de veículos movidos a álcool, aumentando assim a demanda e, conseqüentemente, a produção de álcool combustível.

Entretanto, Azevedo e Thomaz Junior (2013) destacam que, apesar das preocupações ambientais declaradas pelo agronegócio canavieiro, que também se territorializou na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, na prática, tem-se observado um notável descompasso. Essas empresas engajam-se em práticas de superexploração do trabalho, incluindo o trabalho análogo à escravidão, também, impactam o meio ambiente ao desmatar extensas áreas de vegetação para expandir suas plantações, além do uso de agrotóxicos. Sendo necessário reafirmar que, “como em todas as atividades ligadas ao agronegócio, no setor canavieiro a terra também é para negócio” (DOMINGUES; THOMAZ JÚNIOR, 2012, p. 140).

Na pesquisa conduzida por Azevedo (2008), destacam-se diversas constatações relevantes. Entre elas, observa-se as conseqüências sociais com o avanço da cana de açúcar nas áreas de assentamentos do Leste de Mato Grosso do Sul, (exemplificando o Assentamento Aldeia I, assentamentos Barreiro, Santa Helena, Vila Quebracho, Santa Irene, São Luiz, São João e Mercedina). Todos eles tiveram suas terras arrendadas em algum momento para empresas do setor sucroalcooleiro da região, além de vender sua mão de obra a essas empresas. Isso significa, mais uma vez, que os camponeses têm enfrentado uma realidade de abandono por parte do Estado.

Portanto, é crucial ressaltar que de maneira alguma as ações do complexo agroindustrial, seja relacionado à cana-de-açúcar ou ao eucalipto, podem ser consideradas benéficas para as famílias que vivem no campo. Infelizmente, esse caráter "benéfico" é amplamente divulgado

ideologicamente pelas empresas ao apresentarem números de empregados, o faturamento do município com *royalties* e diversos projetos e benfeitorias ao adotar parcerias com as prefeituras. No entanto, na prática, muitas dessas ações têm sido adotadas como a única alternativa para a permanência desses sujeitos nas terras. A subordinação a essa dinâmica torna-se, contraditoriamente, uma forma de resistência, mas até que ponto essa resistência poderá suportar?

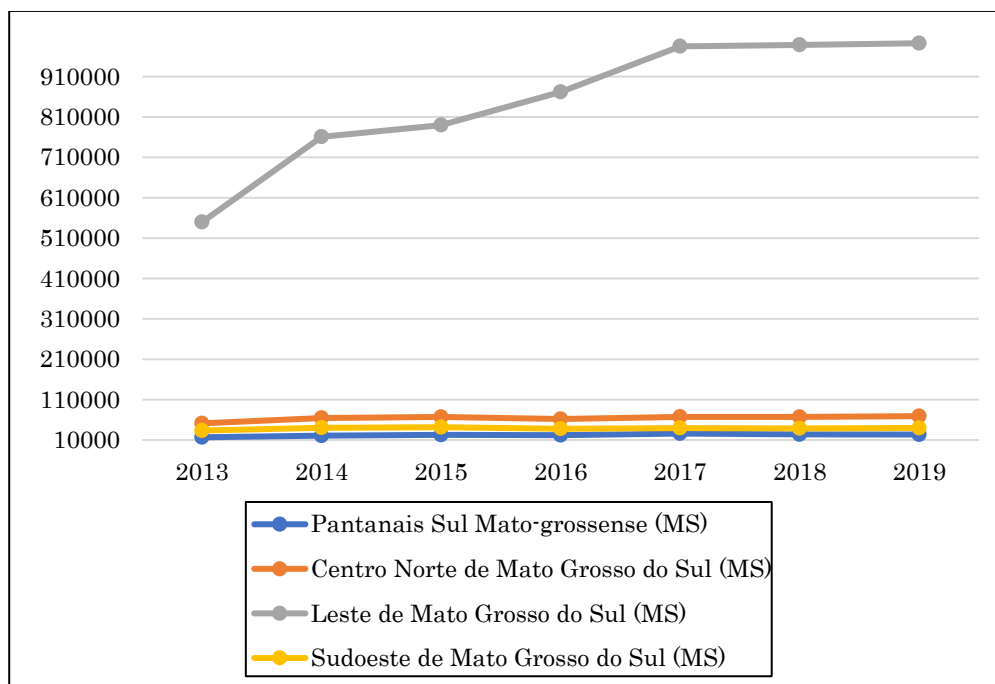
Diante desse cenário, é inegável que a expansão desenfreada do monocultivo de eucalipto e cana-de-açúcar acarreta consequências profundamente devastadoras para as comunidades, sejam elas rurais ou urbanas. Entre as mais evidentes, destacaram-se o desaparecimento de nascentes e lagoas, o uso sem precedentes de agrotóxicos, que contaminam tanto o meio ambiente quanto o organismo das pessoas, e a alteração no comportamento da fauna regional, evidenciada pela crescente invasão de animais nos pomares dos camponeses e nos perímetros urbanos (CAMACHO, 2012).

No âmbito das populações do campo, também se destaca de forma significativa a ausência estratégica do Estado em relação à infraestrutura essencial, incluindo educação, saúde, tecnologia, lazer, segurança e assistência técnica. A falta desse suporte estatal, aliada aos impactos ambientais advindos da expansão do agronegócio da cana e do eucalipto, frequentemente compromete os elementos vitais para permanência no território.

O gráfico 02 evidencia o notável destaque da mesorregião Leste do Mato Grosso do Sul na produção de eucalipto em comparação com as demais mesorregiões do estado. Neste gráfico, demonstra que, entre 2013 e 2019, a área destinada ao cultivo de eucalipto praticamente dobrou, passando de 549.643 para 992.578 hectares⁶. Esses números revelam um aumento substancial no território dedicado a esse cultivo, indicando a centralidade da mesorregião Leste no setor do eucalipto no estado.

⁶ Com a instalação de uma nova fábrica da Suzano em Ribas do Rio Pardo, Mato Grosso do Sul, cuja capacidade será de 2,55 milhões de toneladas de celulose de eucalipto por ano, os números tendem a aumentar. (POTINATTI, 2024).

Gráfico 02: Produção de eucalipto nas mesorregiões de Mato Grosso do Sul.

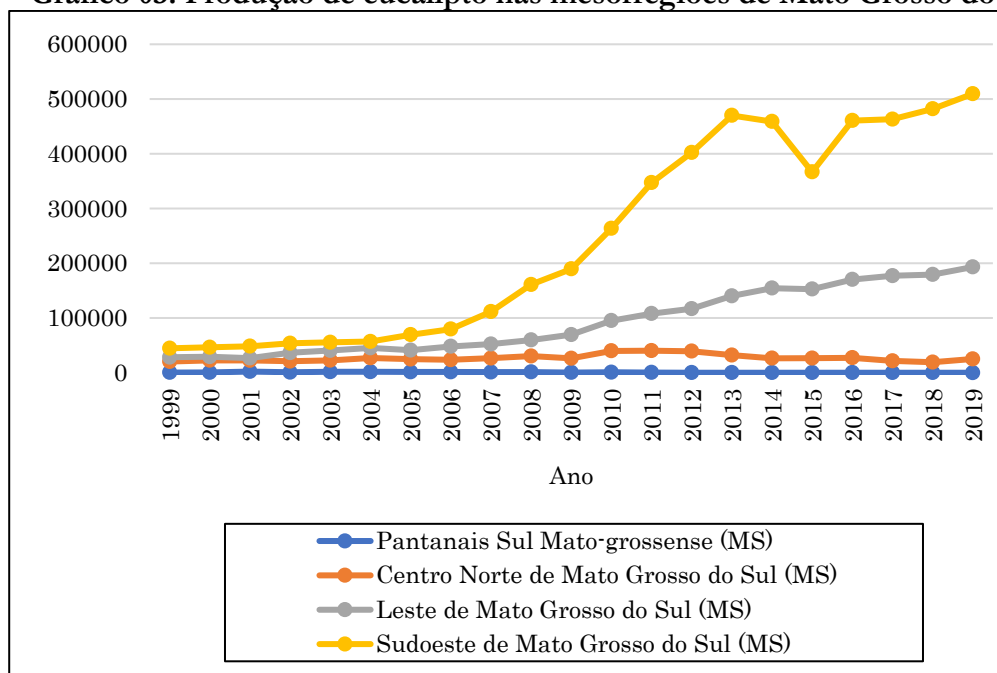


Fonte: IBGE/SIDRA. Organização: Autores, 2024.

Como já colocado, a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul tem experimentado uma expansão na produção de cana-de-açúcar nos últimos anos. Essa expansão também tem envolvido a conversão de áreas de pastagem e vegetação nativa em plantações de cana.

Dentre as 4 mesorregiões do estado de Mato Grosso do Sul, a mesorregião Leste ocupa a segunda posição, perdendo lugar somente para o Sudoeste (gráfico 3). O crescimento da plantação de cana-de-açúcar na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2019 revela uma expansão notável, visto que em 1999, a área dedicada à cana-de-açúcar compreendia modestos 28.282 hectares. Entretanto, ao atingirmos o ano de 2019, testemunhamos um aumento, com a área de cultivo de cana-de-açúcar abrangendo 193.149 hectares (BRASIL, 1999; 2019).

Gráfico 03: Produção de eucalipto nas mesorregiões de Mato Grosso do Sul.



Fonte: IBGE/SIDRA; Organização: Autores, 2024.

Diante da territorialização expressiva do agronegócio da cana e do eucalipto, a mesorregião Leste apresenta uma realidade preocupante em termos de população no campo. Ao longo dos anos, a mesorregião tem enfrentado um declínio populacional expressivo, com a redução de 67.304 habitantes em 2000 para 62.969 em 2010, e veremos logo adiante que existe uma clara expulsão da população jovem do campo (BRASIL, 2000; 2010). A mesorregião também está longe de se destacar em quantidade de assentamentos criados. Até o ano de 2019 havia um total de 34 assentamentos, conforme dados do INCRA.

Como decorrência desse processo, no qual se observa uma considerável concentração de terras voltadas para a produção de commodities e uma população no campo que poderá reduzir ainda mais ao longo dos anos, a mesorregião Leste apresenta um número limitado de escolas no campo, totalizando apenas 31 estabelecimentos de ensino em 2019. Destes, 24 são de caráter municipal, enquanto apenas 6 são estaduais, além de uma instituição federal. Em contraste, em 1999, a região contava com 26 escolas, sendo 23 municipais e 3 estaduais.

Diante da escassez de escolas, muito mais que a metade dos estudantes que vivem em áreas rurais da mesorregião Leste estão matriculados em escolas localizadas em áreas urbanas. Segundo dados do INEP referentes a 2019, havia 9.872 alunos do campo frequentando escolas na cidade, enquanto apenas 4.654 estudavam em escolas localizadas no campo.

Mesmo diante da migração causada pelo impacto social e ambiental do cultivo de eucalipto e a cana de açúcar, ainda existe uma demanda significativa de crianças e jovens que vivem em áreas

rurais da mesorregião Leste e não estão sendo atendidos devido à pequena quantidade de escolas. Isso indica não apenas uma clara necessidade, mas também uma expulsão evidente desses indivíduos, revelando a falta de vontade de mantê-los no campo. Essa é uma situação que tem resultado na total ausência de perspectivas educacionais na mesorregião, tornando necessário que os estudantes se desloquem do seu território para frequentar escolas nas cidades. Além da falta de escolas no campo, existiam em 2019 um total de 2.524 estudantes da mesorregião Leste que não tinha acesso nem a escolas no campo, nem a transporte para irem à outras escolas de outras comunidades ou até mesmo à cidade.

Após esta breve explanação sobre a questão agrária na mesorregião Leste, avançaremos para uma discussão mais aprofundada na próxima seção. Abordaremos especificamente o avanço do eucalipto e da cana-de-açúcar, e sua relação direta e indireta com a dinâmica de funcionamento das escolas no campo, bem como o impacto que isso reflete no território das comunidades do campo.

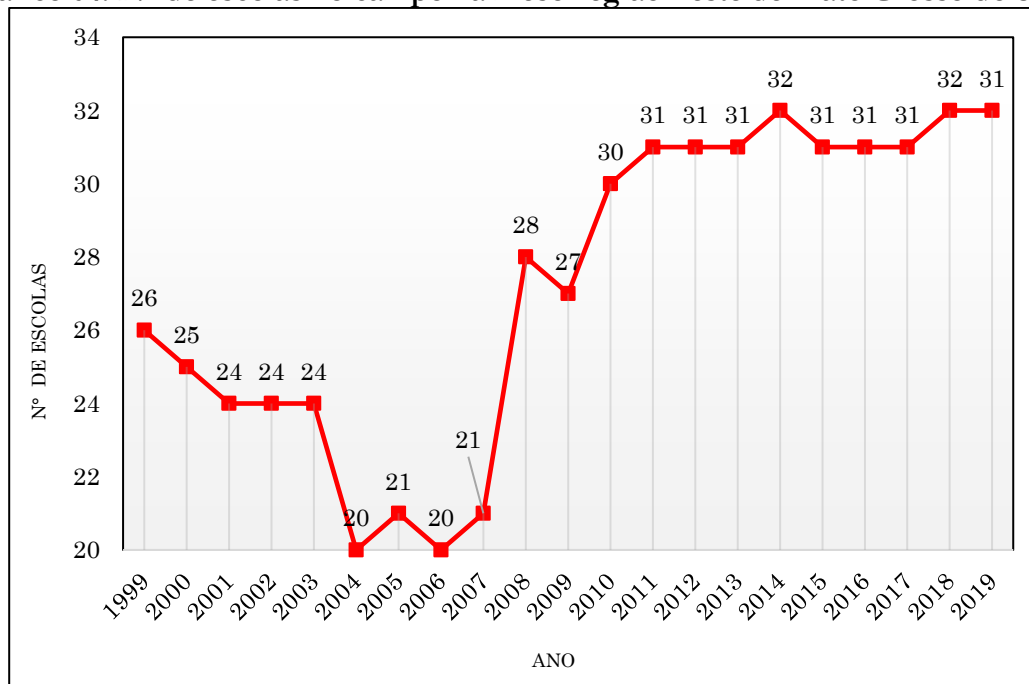
Desafios e realidades das escolas no campo da mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul

Para iniciar esta seção, é crucial ressaltar algumas informações pertinentes. A mesorregião em análise é composta por 17 municípios, dos quais apenas seis oferecem escolas estaduais no ano de 2019 (BRASIL, 2019). Esses municípios são Anaurilândia, Bataguassu, Brasilândia, Inocência, Nova Andradina e Três Lagoas, cada um contando com uma instituição de ensino estadual. Esta constatação revela que a maioria dos municípios não oferece nenhuma oportunidade para a conclusão do ensino básico em territórios rurais.

Dos 17 municípios, quatro deles carecem de qualquer estabelecimento de ensino no campo no ano de 2019. São eles: Taquarussu, Paraíso das Águas, Cassilândia e Aparecida do Taboado (BRASIL, 2019). Essa lacuna educacional destaca uma realidade preocupante, evidenciando a total falta de acesso a qualquer um dos níveis da educação básica na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul.

Ao examinarmos os dados apresentados no gráfico 04, torna-se evidente que a quantidade total de escolas no campo na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul manteve uma notável estabilidade ao longo da maior parte do período sob análise (1999-2019). Houve um aumento, embora não tão substancial, entre os anos de 2006 e 2010, passando de 20 para 30 escolas. Durante o período de 2010 a 2019, o número de escolas variou entre 30 e 32 escolas.

Gráfico 04: Nº de escolas no campo na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul



Fonte: INEP/MEC; Organização: Autores, (2024)

É imprescindível destacar que, apesar das flutuações que se manifestaram nos números ao longo dos anos, essas variações não apresentaram relevância estatística. Essa aparente estabilidade sugere que a abertura de escolas no campo tem sido limitada e insuficiente. Um fato particularmente notável quando se considera a demanda por escolas, dado o cenário em que mais estudantes do campo estudam na cidade do que no próprio campo. Segundo dados do INEP, em 2019, existiam 9.872 estudantes do campo frequentando escolas na cidade, enquanto apenas 4.654 estudavam em escolas no campo.

Portanto, essa estabilidade no número de escolas, deve ser interpretada como um sinal de alerta para as populações do campo. A menos que haja uma mobilização que evidencie a necessidade premente de estabelecimentos de ensino em seus territórios, a mencionada estabilidade poderá, em breve, transformar-se em uma clara tendência de declínio e resultar na total ausência de escolas no campo na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul, o que geraria implicações ainda mais profundas para a educação e os territórios dos povos do campo.

Retomando a análise do gráfico 04, constatamos que em 1999 a região possuía um total de 26 escolas, enquanto em 2019 esse número aumentou para 31 estabelecimentos de ensino, representando um acréscimo de apenas cinco escolas para a mesorregião. Mas, é importante destacar que, neste estudo, consideramos a dinâmica de funcionamento das escolas ano a ano. Durante o período analisado (1999 a 2019), a mesorregião registrou 17 fechamentos e 22 aberturas de escolas (BRASIL, 1999-2019). Ao examinar esses dados, observa-se que o número de

fechamentos quase igualou-se ao de aberturas. Isso significa que muitas das escolas que abriram, também já fecharam.

Portanto, considerando a diferença entre 26 escolas em 1999 e 31 escolas em 2019, não houve um aumento líquido de 22 escolas na mesorregião, como poderia ser inferido superficialmente. A análise do quadro 01 revela uma situação mais complexa. No referido quadro, observamos que a maioria das aberturas foi de instituições já existentes. Essas instituições, por não manterem regularidade em seu funcionamento, realizam mais de um fechamento ou reabertura ao longo do período analisado (1999-2019). Assim, muitas são escolas no campo reabertas. Além disso, há escolas que originalmente eram urbanas e passaram a operar como escolas no campo ou ainda deixaram de ser apenas extensões⁷ para se tornarem instituições independentes, conhecidas como escolas-polo.

Por essa razão, das 22 aberturas constantes no quadro 01, apenas 6 podem ser consideradas novas escolas, criadas para atender às comunidades rurais (Ver quadro 01).

Quadra 01: Escolas abertas na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul (1999-2019)

Nome da Escola	Município	Ano de Abertura	Caráter de Abertura	Situação. de Funcionamento em 2019
E. M Agc. B. da Silva Queiroz	Aparecida. Taboado	2001	Criação	Fechada
Centro Ed. Infantil Raio de Luz	Brasilândia	1999	Criação	Aberta
E. M. Antônio Aydar	Aparecida. Taboado	2002	Reaberta	Fechada
E. M. Antônio Henrique Filho	Brasilândia	2003	Reaberta	Fechada (Virou Urbana)
E. M Prof. Maria Da Conceição	Bataguassu	2005	Reaberta. Era Extensão.	Aberta
E. M. Aroeira	Chapadão do Sul	2007	Criação	Aberta
E. E João Ponce de Arruda	Inocência	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. E. Afonso Francisco X. Trannin	Três Lagoas	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta

⁷ As extensões ou salas anexas, por serem dependentes de escolas maiores, conhecidas como escolas-polo, não são incluídas nos dados do INEP.

E. M. Antônio Camargo Garcia	Três Lagoas	2008	Criação	Aberta
Centro Ed. Infantil Profa Ana M ^a Berro	Bataguassu	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. M. Prof. Pedro D. de Figueiredo	Bataguassu	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. E. Prof. Ladislau Deák Filho	Bataguassu	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. E. Luís Cláudio Josué	Nova Andradina	2008	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. E. Ver Kendi Nakai	Costa Rica	2010	Reaberta. Era Urbana.	Fechada (Virou Urbana)
IFMS - Campus Nova Andradina	Nova Andradina	2010	Criação	Aberta
Escola M. Assentamento Mutum	Brasilândia	2010	Reaberta. Era Extensão.	Aberta
Escola M. Raimundo Pedro Souza	Brasilândia	2010	Reaberta. Era Extensão.	Aberta
E. E. Prof. Luiz Carlos Sampaio	Nova Andradina	2011	Criação	Aberta
E. E. Joao Ponce De Arruda	Inocência	2013	Abriu com Código do INEP diferente. Reaberta.	Aberta
Centro Ed. Infantil Raio de Luz	Brasilândia	2014	Reaberta. Era Urbana.	Aberta
E. M. Pedra Branca	Chapadão Do Sul	2014	Reaberta. Era Extensão.	Aberta
E. E Prof. Ezequiel Balbino	Anaurilândia	2018	Reaberta. Era Urbana.	Aberta

Fonte: INEP/MEC; Organização: Autores, (2024)

Quanto aos 17 fechamentos, 12 deles foram definitivos, o que significa que essas escolas não funcionaram mais até o último ano de análise, 2019 (BRASIL, 2019). É relevante destacar que, entre esses 12 fechamentos definitivos, 2 escolas apenas deixaram de ser classificadas como rurais, uma vez que continuaram operando como instituições urbanas. Essas escolas são a Escola Municipal Antônio Henrique Filho, em Brasilândia, e a Escola Municipal Agrícola de 1º e 2º Grau, em Cassilândia.

Conseqüentemente, observamos adiante que, a Escola Municipal Antônio Henrique Filho, em Brasilândia, passou por uma transição para o status urbano devido à sua destruição causada pela territorialização da usina hidrelétrica Sergio Motta no território da comunidade Porto André, onde a escola estava originalmente situada. Já a Escola Municipal Agrícola de 1º e 2º Grau também funcionava no meio rural e, no ano 2000, foi fechada para ser reconstruída em um novo prédio

como urbana numa área periférica da cidade de Cassilândia, recebendo a denominação de Centro Municipal de Educação Vereadora Ilma. Alves da Costa (CASSILÂNDIA, 2001; GUEDES, 2008).

Ambas as escolas atendem a um considerável número de estudantes provenientes do meio rural, muitos dos quais percorrem longas distâncias. Em vez de manter as escolas nas comunidades, os alunos foram obrigados a deslocar-se para a cidade. Diante dessa situação, a Secretaria de Educação, já optou por reduzir os dias de aulas para os alunos do campo, reservando três dias por semana (A TRIBUNA NEWS, 2011). A justificativa para essa redução na carga horária, como destacada pelos gestores e reportada no jornal eletrônico Tribuna News (2011), busca tornar a experiência menos desgastante em comparação com os alunos urbanos, resultando em uma semana escolar encurtada para três dias, ao invés dos convencionais cinco. No entanto, é importante ressaltar que essa argumentação é simplista, pois o desgaste não está intrinsecamente ligado ao ato de frequentar a escola, mas sim à ausência de instituições educacionais próximas aos territórios rurais, comprometendo o direito das comunidades do campo a uma educação de qualidade.

Portanto, podemos concluir que a mesorregião já vem experimentando, na verdade, uma tendência de fechamento de escolas no campo, visto que o número de escolas definitivamente fechadas (12) supera o número de escolas que podem vir a ser novos estabelecimentos, ou seja, não existiam antes (6). Essa análise mais aprofundada dos dados sugere que as mudanças na estrutura educacional da mesorregião não refletem abertura de escolas como pode parecer à primeira vista.

É importante destacar que o número de estudantes também tem influenciado o funcionamento das escolas na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Segundo os relatórios disponibilizados pela CPT (1999-2019), os territórios dos povos do campo têm sido comprometidos pelo avanço das atividades do agronegócio, especialmente com o cultivo de eucalipto e cana-de-açúcar. Esse avanço tem levado à migração de famílias de seus territórios de origem, resultando em um impacto significativo no número de estudantes e logo nas escolas no campo, que frequentemente enfrentam o risco de se tornarem extensões de outras instituições educacionais. Uma vez convertidas em extensões, é facilitado o processo de fechamento definitivo. Um exemplo dessa realidade foi a transformação da Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista em uma extensão de uma instituição urbana, a Escola Municipal Gentil Rodrigues Montalvão no ano de 2015, conforme mencionado por Nardoque e Sanches (2018).

Conforme as pesquisas de Nardoque e Sanches (2018), a escola, situada no distrito de Garcias, município de Três Lagoas, estava enfrentando ameaças de encerramento definitivo devido à significativa redução no número de estudantes, fato claramente evidenciado pela introdução do

plântio de eucalipto na região. Entretanto, em 2018, a escola, que já havia sido transformada em extensão em 2015, foi encerrada de forma definitiva.

Próximo ao distrito de Garcias, o distrito de Arapuá, também situado no município de Três Lagoas, abriga a Escola Estadual Trannin, que, embora tenha permanecido aberta em 2019, enfrenta desafios semelhantes à escola do distrito de Garcias. Segundo o relato de Nardoque e Sanches (2018) em junho de 2010, os professores e diretores da Escola Estadual Trannin destacaram que a venda e arrendamento de fazendas para o cultivo de eucalipto têm gerado insegurança entre os jovens camponeses, comprometendo a permanência na terra no distrito Arapuá. Essa situação tem contribuído para um aumento significativo na migração do meio rural para a cidade, representando um fator que compromete o futuro da escola.

Em uma situação análoga as mencionadas anteriormente, Lemes (2014) conduziu uma pesquisa em uma comunidade rural do município de Brasilândia, na mesorregião Leste. A autora destaca a Escola Municipal Raimundo Pedro de Sousa, que, até 1997, contava com uma média de 200 alunos matriculados. Contudo, em 2014, esse número havia diminuído para apenas 98 estudantes. Somada a essa escola, Lemes (2014) cita também a Escola Municipal Antônio Camargo Garcia no meio rural do município de Três Lagoas. Ela sofreu uma diminuição brusca no número de estudantes, pois ao ser criada em 2008 com total de 300 alunos matriculados, em 2014 contava com um total de apenas 161 alunos.

Conforme as análises de Lemes (2014, p. 135-136), há compreensão por parte da comunidade escolar a respeito da influência da territorialização do agronegócio do eucalipto na instabilidade do número de estudantes, cuja modificação da dinâmica dos trabalhadores das fazendas interfere, diretamente, na educação dos seus filhos, estudantes desta escola no campo. Assim, a condição e o número de estudantes, nesse contexto escolar, foram modificados. Ao referir a que se deve essa redução, a fala foi imediata: - *“eu acredito que seja o eucalipto”*.

As empresas do eucalipto, tem conhecimento da falta de infraestrutura e situação de abandono que as famílias camponesas se encontram devido ao Estado ausente. Para amenizar os conflitos e causar um sentimento de aceitação e dependência, as empresas têm assumido o papel do Estado no fornecimento de serviços educacionais essenciais a partir da construção de escolas. Um exemplo notável ocorreu no Assentamento Joaquim, localizado no meio rural do município de Selvíria, na mesorregião Leste. Nesse assentamento, a comunidade já reivindicava a ampliação da escola que funciona desde a década de 1980. Segundo uma notícia publicada no site da prefeitura municipal de Selvíria em 2013, o prefeito da época se reuniu com representantes da Eldorado Brasil para anunciar o início das obras da Escola do Assentamento São Joaquim. Essa construção foi

resultado de uma parceria entre a prefeitura, a câmara municipal e a empresa Mecco, contratada pela Eldorado Brasil.

Na pesquisa conduzida por Fonseca (2014), um morador do assentamento São Joaquim expressou sua opinião sobre as ações da Eldorado na região, ressaltando a seguinte questão: "Como vamos cuspir no prato em que comemos?". Diante dessa situação, é evidente que os assentados de São Joaquim se sentem reprimidos em expressar indignação ou discordância em relação às ações das empresas do eucalipto que se apresentaram como sua única fonte de amparo em meio ao abandono do Estado.

Até o momento, verifica a premente influência das empresas de eucalipto nas escolas situadas no campo da mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. No entanto, é imperativo estender algumas aproximações para as influências exercidas pelas empresas sucroalcooleiras presentes na mesma mesorregião.

Sobre a atuação das empresas sucroalcooleiras, podemos exemplificar o caso no município de Bataiporã, na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Era a Escola Municipal Professora Bernadete Teixeira. Ela fechou em 2019, mas antes de fechar passou por um período como extensão da Escola Municipal Anísio Teixeira da Silva, uma instituição urbana. De acordo com a reportagem de BalLestero no jornal Nova News, a Secretaria de Educação Municipal justificou o encerramento das atividades da escola devido à baixa quantidade de alunos e à curta distância entre a instituição e a sede do município. Essa alegação reforça a ideia de que, mais uma vez, o acesso ao direito à educação está condicionado a um número mínimo de estudantes, impedindo, assim, a viabilidade de escolas localizadas em áreas rurais. Além disso, as usinas de cana têm absorvido a mão de obra juvenil, mas também exercido um monopólio sobre os territórios, com muitos assentados dedicando suas atividades produtivas e atendendo às demandas das empresas sucroalcooleiras.

Outra situação ilustrativa pode ser observada na Escola Estadual Debrasa, situada no distrito de mesmo nome, localizado em Brasilândia, na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. A origem do distrito de Debrasa remonta à fundação da usina de cana em 1976, anteriormente conhecida como Debrasa e atualmente como Companhia Brasileira de Açúcar e Álcool (CBAA).

Conforme noticiado por Santos (2023), a destilaria buscava fixar seus trabalhadores próximos às usinas, resultando na criação de condições favoráveis para a residência destes. A própria empresa, segundo a fonte, facilitou a venda de lotes aos trabalhadores a custos reduzidos. Isso evidencia que a vida no distrito rural teve origem na usina de cana-de-açúcar, exercendo influência direta na criação de estabelecimentos comerciais e na infraestrutura local, incluindo a

Escola Estadual Debrasa, inaugurada em 1985, e o Centro Educacional Raio de Luz, fundado em 1999 (DUTRA, 2020). Ambas estiveram em operação de 1999 a 2019.

Destaca-se, que a Escola Estadual Debrasa foi a instituição que registrou a maior queda no número de matrículas entre 2010 e 2019. Nesse período, o número de alunos passou de 239 para 68, resultando em uma redução de 70% (BRASIL, 2010; 2019). O Centro Educacional Raio de Luz também passou por redução no número de estudantes e por processos de fechamentos. Isso evidencia a fragilidade de um sistema voltado para o agronegócio ao qual a comunidade está submetida e que compromete a vida e o funcionamento das escolas. Foram identificadas várias irregularidades dentro do distrito, incluindo salários atrasados, alimentos de má qualidade e instalações inadequadas. Além da precariedade mencionada, ao lado da usina, desenvolveu-se o comércio de bares, prostituição, consumo de drogas e diversas formas de exploração humana, conforme relatado por Navarro (2008).

Localizada também em muitos municípios da mesorregião Leste, o Grupo IACO Agrícola se soma às corporações do agronegócio sucroalcooleiro alcançando notoriedade e sendo reconhecido tanto por suas realizações na produção e exploração, quanto pelas condições precárias de trabalho (DOURADOS NEWS *apud* AZEVEDO, 2008). Além desses aspectos, o Grupo IACO também exerce influência nas escolas no campo da mesorregião. Dessa forma, a empresa, que também depende da mão de obra camponesa, reconheceu a necessidade de fixar seus trabalhadores, resultando em investimentos na Escola Municipal Ribeirão – Polos, também conhecida como Escola IACO, no meio rural do município de Chapadão do Sul. Essa escola tinha em 2010 um total de 133 alunos matriculados e em 2019 um total de 63 alunos (BRASIL, 2010; 2019).

A perda de mais de 50% dos alunos da Escola IACO reflete o contexto marcado pela exploração do trabalho e do território. Além dessa instituição de ensino, a IACO tem direcionado investimentos para outras duas escolas no campo em Chapadão do Sul, a saber, as Escolas Aroeira e Pedra Branca (JORNAL DO ESTADO, 2017).

Esses exemplos ilustram a difícil situação enfrentada pelas escolas no campo, cuja atuação do agronegócio, tem comprometido o território. A demanda de estudantes no campo existe porque de fato a mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul tem pouquíssimas escolas no campo e esse número vem diminuindo ao longo dos anos, visto que há mais fechamentos do que propriamente criação de novas escolas.

Entretanto, é importante destacar que o funcionamento das escolas no campo tem sofrido influência não somente do agronegócio com monocultivo do eucalipto e cana de açúcar. A partir dos relatórios de conflitos de terra da CPT, identificamos que dentro do recorte temporal (1999-

2019) o funcionamento das escolas na mesorregião tem sido comprometido por fatores subjacentes, como a instalação de usinas hidrelétricas e especificamente na Usina Hidrelétrica Sergio Motta, mencionada em momento anterior e cuja construção teve início em 1988.

Com a construção da barragem desta usina, diversas comunidades rurais dos municípios de Brasilândia, Três Lagoas, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Anaurilândia, Bataiporã e Selvíria foram impactadas, afetando diretamente a existência de seu território de origem. Muitas famílias foram expulsas e passaram por um processo de realocação, mas que não garantiu nenhuma estrutura. Portanto, comunidades que antes tinham escolas passaram a não ter escolas nos novos territórios. Identificamos duas comunidades que entraram neste caso específico.

Na comunidade de Porto André, a Escola Municipal Antônio Henrique Filho em Brasilândia foi fechada. A Prefeitura decidiu conjuntamente com a empresa responsável pela usina, a Companhia Energética de São Paulo (CESP) reconstruir a escola em 2001 na cidade (DUTRA, 2020). Os representantes municipais alegaram a insuficiência de recursos para manter essa instituição no reassentamento, optando por transferir os serviços prestados à população para a cidade, com a promessa de manter a qualidade de atendimento (SOUZA, HESPANHOL, 2006, p. 173).

No que concerne à Escola Municipal Raposo Tavares, situada no assentamento Aruanda, município de Bataguassu, mesorregião Leste, a situação foi semelhante. Dado que muitos dos novos territórios adquiridos pela CESP para os reassentamentos estavam mais distantes dos centros urbanos, a administração municipal utilizou a distância como um obstáculo para manter a infraestrutura (RABELO, 2015).

Atualmente, muitas áreas de reassentamentos concedidos pelas empresas hidrelétricas estão circundadas por plantações de eucalipto das empresas de eucalipto. Como resultado, nesses novos territórios, os moradores enfrentam a realidade de lotes pequenos e sem estrutura, além de um estreitamento das relações com as empresas do agronegócio. A empresa avança na compra desses lotes, aproveitando-se da falta de infraestrutura e da perda de identificação territorial dos moradores, que frequentemente são tentados a se mudar para a cidade (SANTOS; SOUZA, s/n 2021).

Portanto, o que testemunhamos é uma evidente disputa e aliança entre empresas de setores distintos que têm explorado e controlado a terra e a água, e o Estado, ignorando as demandas e até contribuindo para a desestruturação das comunidades do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo revelam a ausência de uma política de abertura de escolas no campo na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Embora tenham sido registradas 22 aberturas de escolas entre 1999 e 2019, apenas 6 delas correspondem, de fato, à criação de novas unidades. No mesmo período, houve 17 fechamentos, sendo 12 definitivos. Esses números evidenciam que, na prática, não houve expansão real da rede escolar no campo na mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul.

Essa realidade revela uma grave contradição entre os direitos garantidos pela legislação brasileira e as condições vivenciadas pelas populações do campo. Apesar de a Constituição Federal de 1988 reconhecer a educação como um direito de todos, esse direito tem sido sistematicamente negado a milhares de sujeitos que vivem em áreas rurais, especialmente em territórios marcados por conflitos fundiários, concentração de terras e pelo avanço da lógica de mercado.

A análise dos dados do INEP, IBGE, CPT e Rede DATALUTA demonstrou que o fechamento de escolas no campo na mesorregião Leste não é um fenômeno isolado, mas um processo vinculado a transformações mais amplas no meio rural. Essas transformações incluem a redução dos investimentos públicos, a precarização das políticas educacionais voltadas às populações do campo, e o fortalecimento de uma lógica excludente que reforça a marginalização histórica desses territórios. A diminuição de matrículas é frequentemente utilizada como justificativa para o fechamento das escolas, mas os dados revelam que essa queda no número de matrículas está relacionada à ausência de políticas estruturantes, à insegurança territorial e à fragilidade das condições de vida, que impossibilitam de viver no campo e, conseqüentemente, reduzem a demanda escolar local.

Nesse contexto, observa-se o fechamento progressivo das escolas no campo, acompanhado da transferência de estudantes para unidades urbanas distantes, desconectadas da realidade socioterritorial das comunidades e incompatíveis com seus modos de vida. A transferência de estudantes para escolas urbanas representa, na prática, a negação do direito à educação contextualizada, comprometendo vínculos familiares, comunitários e culturais, e ampliando desigualdades educacionais.

Diante dessa realidade, torna-se urgente a construção e fortalecimento de políticas públicas que não apenas assegure a existência física das escolas no campo, mas que reconheça sua função social, política e pedagógica. A Educação do Campo, enquanto concepção forjada nas lutas dos

povos do campo, propõe uma escola vinculada ao território e aos seus projetos de vida. Defendê-la é mais do que garantir infraestrutura escolar. É afirmar o campo como espaço de vida, de saberes, de produção e de resistência.

Portanto, enfrentar o fechamento das escolas no campo é enfrentar o modelo de desenvolvimento excludente que se impõe sobre os territórios rurais. É também assumir o compromisso com uma educação pública, de qualidade social, plural, democrática e comprometida com o modo de vida camponês.

REFERENCIAS

A TRIBUNA NEWS. **Prefeito Carlinhos participa de reunião com pais e mestres no CMEI.** Disponível em: <https://atribunanews.com.br/2011/11/28/prefeito-carlinhos-participa-de-reuniao-com-pais-e-mestres-no-cmei/>. Acessado em: 22 de novembro de 2023.

ALMEIDA, Rosemeire A. de. Territorialização complexo eucalipto-celulose-papel em Mato Grosso Do Sul. Eventos da Geografia. XXI **Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1291_1.pdf. Acessado em: 08 de novembro de 2023.

AZEVEDO, J. R. N.; THOMAZ JUNIOR, A. O merchandising do agro hidronegócio; programas e eventos em torno da agroindústria canavieira. **Entrelugar**, v.4, n.8, p. 35-45, 2013.

AZEVEDO, José Roberto Nunes de. Expansão da Agroindústria Canavieira no Mato Grosso do Sul: Relação Capital X Trabalho e Reconfiguração Espacial. **Dissertação de mestrado em Geografia.** Dourados, MS. 2008.

BALLESTERO, Barbara. **Depois de mais de quatro décadas formando crianças, escola na Zona Rural de Bataiporã fecha as portas.** Disponível em: <https://amp.novanews.com.br/noticias/cidades/depois-de-mais-de-quatro-decadas-formando-criancas-escola-na-zona-rural-de-bataypora-fecha-as-portas>. Acessado em: 22 de novembro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acessado em: 12 de junho de 2024.

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo Demográfico: Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000 e 2010.

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Censo agropecuário: Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000, 2010, 2019.

BRASIL. IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Pesquisa da Pecuária Municipal.** Brasil. Rio de Janeiro.

BRASIL. INEP/MEC. **Microdados do Censo Escolar 1999 a 2019.** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília: MEC, 1999-2019

BRASIL. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. **Número de famílias assentadas e áreas de assentamentos**. 2017.

CALDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: **Por uma Educação do Campo: Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. 2. ed., Brasília, 2002.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.

CAMACHO, Rodrigo Simão. Paradigmas em disputa na Educação do Campo. **Tese de Doutorado em Geografia**. Presidente Prudente: 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O proneria: uma política pública de educação para inclusão social da classe camponesa. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**, Curitiba, PR, v. 2, n. 2, 25, jul./dez. 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. A insustentabilidade social e ambiental do agronegócio: a territorialização do complexo celulose-papel na região Leste de Mato Grosso do Sul. **Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 8, n. 7, 2012.

CASSILÂNDIA. **Lei nº1191 de 2001 de 02 de abril de 2001**. Disponível em: <http://12fsistemasweb.com.br/cassilandia.ms.gov.br/uploads/legislacao/Lei%20no%201191%20-%202001%20Ref-%20Nova%20denominacao%20a%20Escola%20Municipal%20Agr.pdf>. Acessado em: 21 de novembro de 2023.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul. **Tese de Doutorado em Geografia**. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. (1999-2019). **Relatórios dos Conflitos no Campo no Brasil de 2003 a 2019**. São Paulo: Expressão Popular.

DATALUTA, Banco de Dados da Luta Pela Terra. **Relatório anual**. São Paulo, 2019.

DOMINGUES, A. T.; THOMAZ JUNIOR, A. A territorialização da cana-de-açúcar no Mato Grosso do Sul. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 34, p. 138-160, 2012.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. **História e Memória de Brasilândia/MS: PIONEIROS**. Campo Grande/MS: Life Editora, 2020

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma Caminhada. In: ARROYO, Miguel G; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Coleção Leitura. (30a ed.), Paz e Terra, 1996.

FONSECA, Silas Rafael da. Monocultivo de eucalipto, relações de trabalho e os caminhos da resistência camponesa no Assentamento São Joaquim (MS). **Dissertação de Mestrado em Geografia**. 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **En: OSAL: Observatorio Social de América Latina**. CLACSO, 2005

GUEDES, Tatiana Rozalia. Entre a necessidade e o jogo político: uma história sobre a criação e extinção do curso de ciências da UEMS em Cassilândia. **Dissertação de Mestrado**. 2018.

GOMES, Rodrigo Lima Ribeiro A TRAJETÓRIA INICIAL DE PAULO FREIRE: do Desenvolvimento e das Tensões do Seu Método de Alfabetização de Adultos (1958-1967). **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, ano 4, n.7, p.33-63, jul./dez. 2017.

JORNAL DO ESTADO. Chapadão do Sul 30 anos. **Alunos das escolas do campo tiveram um dia especial com muito esporte, lazer, cultura e diversão**. Disponível em: <https://www.jornaldoestadoms.com/2017/10/chapadao-do-sul-30-anos-alunos-das.html>. Acessado em 20 de novembro de 2023.

LEMES, Mariana Santos. Territorialização do capital e as contradições da Educação do Campo na microrregião de Três Lagoas. **Dissertação de mestrado**. 2014.

LOPES, C. R. Cativeiros de papel: desertos verdes, papeleiras e conflitos socioambientais na região de Três Lagoas/MS (2009 – 2015). **Tese de Mestrado em Direito**. 2016.

MELO, Danilo Souza. Geografia das ocupações e manifestações em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (2000 – 2012). **Dissertação de Mestrado**, 2015.

MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade. **Revista NERA**. v.20, n. 39, p. 133-160, dossiê., 2017.

MELO, Danilo Souza; OLIVEIRA, Mariele de Silva. A questão agrária no território rural do Bolsão/MS: algumas aproximações. **Revista Cerrados**, v. 14, n. 1, 2016.

MORENO, Gislaene. Os descaminhos da apropriação capitalista da terra em Mato Grosso. **Tese Doutorado em Geografia**. 1994.

NARDOQUE, Sedeval; LEONARDO, Leticia Alves; LUIZ, Luana Fernanda; MELO, Danilo Souza. A luta pela terra em Mato Grosso do Sul e manutenção do latifúndio: uma análise sobre ocupações, reforma agrária e estrutura fundiária. **Revista CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 16, n. 42, p. 168-194, out., 2021.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza; KUDLAVICZ, Mieceslau. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **OKARA: Geografia em Debate (UFPB)**, v. 12, João Pessoa, 2018.

NARDOQUE, Sedeval; MELO, Danilo Souza. A questão agrária e seus desdobramentos na retomada indígena dos territórios tradicionais em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 23, n. 52, p. 90-109, dossiê, 2020.

NAVARRO, Cristiano. **O lucro à base de bagaço de gente, caldo de sangue.** Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/o-lucro-a-base-de-bagaco-de-gente-caldo-de-sangue>. Acessado em: 20 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Geografia das lutas no campo.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

POTINATTI, Rogério. **Suzano inicia operações na maior fábrica de celulose do mundo sem solenidades nesta semana.** Disponível em: <https://atualiza.ms/noticia/suzano-inicia-operacoes-na-maior-fabrica-de-celulose-do-mundo-sem-solenidades-nesta-semana>. Acessado em: 07 de agosto de 2024

RABELO, Evillyn. **Deputado Amarildo Cruz representará ALMS em reunião da Cesp em Anaurilândia. Assembleia Legislativa Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/65059/deputado-amarildo-cruz-representara-alms-em-reuniao-da-cesp-em-anaurilandia>. Acessado em: 22 de novembro de 2023.

SANTOS, Cassia Betânia Rodrigues. Territorialização e Desterritorialização das Escolas no Campo do Brasil: Uma Geografia de Conflitos e Disputas Territoriais. **Tese de Doutorado de Geografia** 2023.

SANTOS, Ray. **Distrito Debrasa: quando tudo começou.** Disponível em: <https://jornaldiadia.com.br/distrito-debrasa-quando-tudo-comecou/>. Acessado em: 14 de novembro de 2023.

SANTOS, Beatriz Mercês de Souza dos; SOUZA, Wilians Ventura Ferreira. O lugar em disputa: vivências, percepções e identidade a partir das relações territoriais no assentamento SANTANA/MS. **Revista GeoUECE**, v. 10, n. 18, 2021.

SANCHES, Francielle Rodrigues de Macedo; NARDOQUE, Sedeval. As contradições do cerceamento das políticas públicas para a Educação do Campo em Três Lagoas (MS): Escola Estadual Afonso Francisco Xavier Trannin e Escola Municipal Profa. Elma Garcia Lata Batista. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, dez., 2018.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. UHE Sérgio Motta e as alterações econômicas, culturais e territoriais nas comunidades ribeirinhas reassentadas no município de Brasilândia – MS. **Revista Formação**, nº13, p. 327 - 362, 2006.

SOUZA, Oswaldo Braga de. **Outras Mídias. Ruralistas: quanto mais ricos, mais matam.** Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/ruralistas-quanto-mais-ricos-mais-matam/>. Acessado em: 12/06/2023